

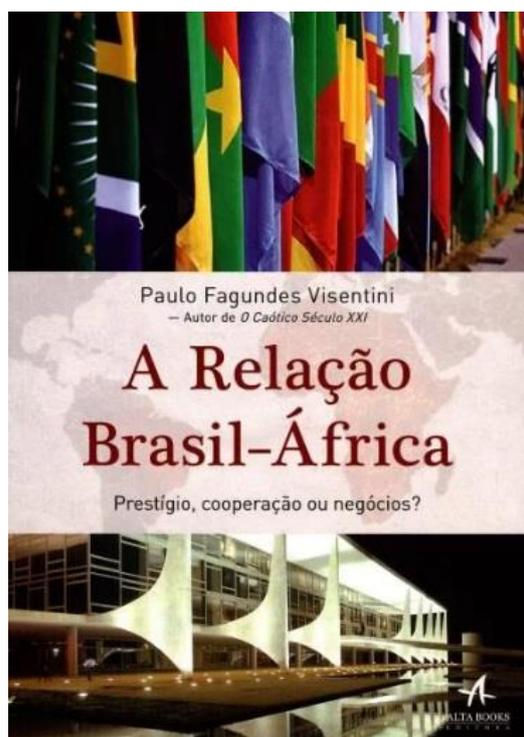
PERSPECTIVAS PARA AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA NO SÉCULO XXI.

PERSPECTIVES FOR BRAZIL-AFRICA RELATIONS IN THE 21ST CENTURY.

PERSPECTIVAS PARA LAS RELACIONES BRASIL-ÁFRICA EN EL SIGLO XXI.

Mariana Herreira Gonçalves Pertile¹

288



RESENHA: VISENTINI, Paulo Fagundes. *A relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios?* Rio De Janeiro: Alta Books, 2016.

Na geografia do mundo contemporâneo, nos deparamos com processos e estruturas em constante modificação. Por exemplo, as formas de dominação e desenvolvimento das diferentes regiões do Mundo. Muito se fala hoje, por exemplo, de cooperação sul-sul, mas até que ponto esse modelo provoca realmente rupturas nas estratégias de desenvolvimento que são em sua natureza capitalista, desiguais.

Neste sentido, a obra de Paulo Fagundes Visentini, professor Titular de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), possui uma abordagem sobre a perspectiva internacional, neste livro tenta responder o questionamento levantado sobre este tema a partir da relação Brasil-África: “a relação entre Brasil e África almeja prestígio, cooperação ou negócios?”. Através de um estudo

¹ Graduanda em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Bolsista PIBIC -CNPq sob orientação do Prof. Dr. André Santos da Rocha, Membro do LAGEP – Laboratório de Geografia Econômica e Política. Da UFRRJ. Email: mariana.herreira@gmail.com

detalhado, o autor levanta as principais ações, visitas e acordos, além de questionamentos entre os dois lados do Atlântico. Dessa forma, ao traçar o histórico da relação para melhor compreender e comparar os perfis políticos-estratégicos.

O livro sendo composto por seis capítulos é inaugurado com a apresentação da pesquisa que proporcionou a sua elaboração, cabe aqui destacar a importância não só das diferentes fontes examinadas (documentos oficiais, contatos e entrevistas com acadêmicos e diplomatas), mas também as bolsas de iniciação científica que permitiu formar uma rede de contatos além-mar.

Assim sendo, os primeiros capítulos (“Do Império Atlântico Luso-escravista ao Afastamento (1538-1960)”, “O reencontro: a Industrialização Brasileira e a Independência Africana (1960-1990)” e “Relação Brasil-África sob a Globalização: da Adaptação à Consolidação”) são responsáveis por fazer o resgate histórico da relação (válido focalizar na “Cronologia da Relação Brasil-África” contido no final da obra). O primeiro, em particular, possui um recorte desde o século XV até 1960, verifica-se a importância estratégica do continente africano para o Reino de Portugal em estabelecer pontos de abastecimento de navios e para o controle marítimo-comercial. Para mais, envolviam também o fornecimento de escravos e exploração de minas.

Com a “descoberta” do Brasil, a nova colônia portuguesa passou a participar da economia mundial. A escravidão, nesse sentido, era um dos principais, senão o principal, empreendimento comercial – o escravo ao longo da história seria valorizado enquanto mercadoria, ademais exerceria importante papel na economia, uma vez que era a mão-de-obra mais utilizada (influência da Igreja Católica em condenar a escravização dos índios).

Dessa forma, os africanos e seus descendentes exerceram também relevante papel na composição do povo brasileiro através da miscigenação. Entretanto, o elo desenvolve-se em relações mais complexas desde as resistências nos quilombos (tentando recuperar não apenas sua liberdade mas as estruturas básicas de organização), até o retorno de ex-escravos ao continente africano e sua desenvolvimento de comunidades brasileiras no mesmo.

Com a independência do Brasil em 1822, a relação com o continente africano sofreu modificações e afastamento. Este último está altamente relacionado com a pressão inglesa para o fim do tráfico de escravos e o processo de abolição da escravidão. Sublinha-se, a ideologia que acompanhou este último, a do “branqueamento da população”, na qual milhões de imigrantes europeus foram recebidos no Brasil evidenciando a influência de teorias raciais clássicas na qual as raças europeias seriam superiores. Assim, o negro foi posto a margem da sociedade, simultaneamente os imigrantes europeus foram incorporados na condição de mão-de-obra.

No governo de Vargas (1930-1945), houve um resgate da cultura afrodescendente a fim de marcar os elementos constituintes na cultura brasileira em um projeto de construção da identidade nacional. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil continuou dando apoio ao colonialismo português na África, devido a forte influência do governo da Salazar na política brasileira.

“...a África ganharia papel de destaque na diplomacia brasileira com a Cooperação Sul-Sul. Dessa forma, diferentes frentes de cooperação e atuação são ampliadas, com destaque a o intercâmbio de conhecimento em áreas distintas (saúde, ciência, tecnologia, segurança e defesa...)”

Apenas no governo de Jânio Quadros (1961) que a África voltaria a receber atenção da diplomacia brasileira com a Política Externa Independente (PEI), a qual visava inserir o Brasil no cenário internacional mais atuante. Desse modo o Brasil voltou-se a favor da emancipação dos povos coloniais, incluindo a colônias portuguesas, além de estabelecer uma rota de transporte (linha de navegação até então ausente) com o continente. O governo João Goulart tenta manter a PEI, entretanto devido a instabilidade de seu governo houve retrocessos, ao empenhar-se em apaziguar a relação com

Portugal e os Estados Unidos.

Durante o Regime Militar, o primeiro presidente da época, Marechal Castello Branco, atribui prioridade a uma “política externa interdependente”, e retomar a relação com Portugal, e mesmo que com certo grau de discordância com o governo vigente manteve relações com a África do Sul (do *Apartheid*). Mudanças consideráveis ocorreram no governo de Médici. Marcado pelo “milagre econômico”, aflora a necessidade de expansão de mercados, além de petróleo. Com isso, foi adotada uma agenda na qual Oriente Médio, Ásia e Oceania também fizessem parte. Por outro lado, o Brasil ainda encontrava objeção por parte de Portugal e EUA devido a continuação da diplomacia brasileira com a África.

Contudo é no Governo de Geisel (1975-1979) que a relação Brasil-África receberá uma guinada, em consequência de uma política e busca por variedade de acordos, somado ao discurso terceiro-mundista, afastando também ações ambíguas. Geisel assume uma posição a favor da descolonização, principalmente da Angola (aliada estratégica – riqueza em petróleo e minério de ferro).

Já no Governo de Figueiredo (1979-1985), a relação entre Brasil e África aprofundou-se, ainda com o início da transição brasileira para a redemocratização. Isto posto, projetos de cooperação sofreram aumento, bem como o número de representações diplomáticas africanas em Brasília.

Em relação ao Governo de Sarney e a inauguração da Nova República, este é afetado pela Guerra Fria e os planos de ajuste do FMI (ambos atingiram também o continente africano). Ainda assim, procurou-se consolidar a relação com a África, tendo como resultado ampliação do número de embaixadas no continente (atingiu a marca de 22 embaixadas).

Por outro lado, a política neoliberalista de Fernando Collor de Mello representou colocar em segundo plano a relação da África, com a finalidade de priorizar o relacionamento Norte-Sul. Com Itamar Franco, caracteriza-se uma visão seletiva, ou seja, foram elegidos países-chaves de os quais receberiam maiores esforços, dentre eles encontravam-se África do Sul, Angola e Nigéria.

Nos Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a relação seria marcada pela aproximação pelos aspectos cultural e histórico, já no sentido econômico manteria-se a seletividade principalmente em relação a compra de petróleo.

Todavia no governo Lula, a África ganharia papel de destaque na diplomacia brasileira com a Cooperação Sul-Sul. Dessa forma, diferentes frentes de cooperação e atuação são ampliadas, com destaque a o intercâmbio de conhecimento em áreas distintas (saúde, ciência, tecnologia, segurança e defesa...), as atividades de empresas brasileiras, como a Vale do Rio Doce, Odebrecht e Petrobras, ganham maior estímulo. Além disso, são abertas 17 novas embaixadas, resultando em 35 no total, e houve incremento das trocas comerciais. Ainda que esperava-se uma continuidade na ênfase da Cooperação Sul-Sul com a eleição de Dilma Rousseff, não foi o que aconteceu. Em seu governo, houve um retrocesso ocasionado também por um esvaziamento político e financeiro no Itamaraty.

A segunda metade da obra é voltada para as dimensões multilateral e bilateral, as quais embora demonstram relevante papel, ainda não foram exploradas seu potencial máximo. Nesse sentido, encontram-se inseridas a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CLPL), Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) e a Cúpula América do Sul-África (ASA).

Em relação a CLPL, esta busca empenhar-se na relação cultural e histórica com cooperações nos âmbitos de segurança, negócios, saúde e educação – vale destacar a iniciativa da criação da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira). A ZOPACAS recai sob o enfoque de garantir a paz na região do Atlântico Sul, envolvendo outras áreas, principalmente ciência e tecnologia.

Já a ASA e ASPA afirmam a importância do MERCOSUL e do continente africano no cenário internacional atual, uma vez que ao traçarem um meio de “cooperação birregional”, promovem ainda incrementar trocas comerciais e investimentos a ponto de chamar a atenção dos EUA.

No que diz respeito as relações bilaterais, o autor detalha as particularidades de cada país, como cada um em seu próprio nível das “intensidades de trocas e cooperação” contribuem para as relações comerciais. Assim sendo, vale destacar o papel de alguns

atores nessa relação. O primeiro é a APEX-Brasil atuando na promoção de produtos e serviços brasileiros e na atração de investimentos. O segundo é a ABC (Agência Brasileira de Cooperação) que permite a negociação, o compartilhamento de conhecimentos e experiências, acompanhamento de projetos acertados com outros países.

Uma questão que o autor confere notoriedade está é sobre a região do Atlântico Sul, questão esta que está sendo colocada em pauta, ou melhor, recolocada. A região que liga os dois continentes possui posicionamento estratégico em um primeiro momento percebido no século XVI enquanto roto comercial (“*centro dinâmico da economia mundial*”). Contudo, a reconquista de sua importância frente as novas descobertas (jazidas de gás e petróleo – Pré-Sal), e do desenvolvimento dos países do sul, faz com que ressurgira a ideia do OTAS (Organização do Tratado do Atlântico Sul) que possui como principal finalidade a segurança e defesa da região, entretanto tal interesse entra em atrito com a ZOPACAS. É preciso marcar que o interesse maior é justamente garantir a soberania na região, evitando a exploração por outrem, ainda mais com a tentativa de inserção norte-americana através da África do Sul.

Cabe destacar que no contexto da geografia, o Professor Eli Alves Penha (Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), em sua tese de doutorado compreende algo similar ao ver o Atlântico como um elemento geopolítico e histórico de integração a partir de “três variáveis estratégicas: como bacia, como rota e enquanto ‘vazio de poder’”. Assim sendo, o Atlântico Sul por possuir importantes fluxos comerciais – com destaque para início no período colonial – torna-se alvo da política dos Estados costeiros como uma forma de projeção do seu poderio no mar, implicando em diferentes níveis de conflitos, mas também em alianças para a cooperação regional.¹¹

Após traçar o quadro histórico e a discussão, o autor retoma a questão inicial conduzindo o leitor a um olhar mais realista e até mesmo pragmático dos acontecimentos: é preciso consciência em relação a “diplomacia solidária”, uma vez que esta demonstra também hegemonia, ainda que fica claro que não é todo e qualquer acordo que os países do continente africano estão dispostos a aceitar, e muito

menos um neocolonialismo. Ainda assim, os três elementos propostos não parecem ser excludentes, mas complementares. Ademais, a verificação da estratégica relação entre os dois lados do Atlântico se dá a partir dos esforços feitos por ambos os lados, sobretudo num contexto de ressurgimento da África perante a mídia internacional, e a busca da projeção brasileira nesse cenário.

Referências Bibliográficas

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios?* Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2016.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.

Data de Submissão: 13/08/2018

Data de Avaliação: 19/11/2018